

Ritmo atual permitirá acabar Carta em julho

BRASÍLIA — A nova Constituição deverá estar pronta em meados de julho, se for mantido o atual ritmo de votação no plenário. Nesta semana, deve ser concluída a votação da Ordem Econômica e, em seguida, entrará em discussão a Ordem Social, que provavelmente exigirá mais duas semanas para ser apreciada.

A Constituinte votará, então, a partir do dia 23 de maio, as Disposições Transitórias. Além de assuntos polêmicos, como a duração do mandato do presidente José Sarney e a anistia política, as Disposições Transitórias incluem grande número de questões menores. Há cerca de 400 emendas aditivas nesse título, o que deve prolongar sua votação por duas ou três semanas.

Nessa última hipótese, a votação da nova Carta em primeiro turno estará terminada por volta de 10 de junho. O regimento da Constituinte prevê, então, prazo de sete dias para que o relator Bernardo Cabral redija o texto da matéria aprovada no primeiro turno — ou seja, até 17 de junho.

Será aberto, em seguida, prazo de cinco dias para que o plenário discuta o texto preparado por Cabral, após sua publicação no *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. Nesse período, os

parlamentares poderão apresentar até quatro emendas supressivas — destinadas a cortar expressões ou dispositivos —, além de outras para corrigir contradições e erros de redação. Essa fase deverá terminar a 22 de junho.

Em seguida, o relator terá cinco dias (até 27 de junho, portanto) para dar parecer sobre as emendas, após o que começará a votação em segundo turno. É impossível prever com exatidão a duração dessa etapa. Se houver acordo entre as principais lideranças e nenhum grupo tentar usar o segundo turno para alterar substancialmente a matéria aprovada em primeiro turno, é possível que essa fase dure em torno duma semana. Ou seja, terminaria aproximadamente no dia 2 de julho.

A matéria aprovada em segundo turno irá para uma Comissão de Redação, que fará a redação final da nova Carta. Supondo que essa tarefa dure cinco dias, o texto estaria pronto para ser publicado no *Diário da Assembleia Nacional Constituinte* em 8 de julho. Em seguida, ele seria votado no prazo de 24 horas. Por volta de 10 de julho, portanto, poderia ser marcada a sessão solene de promulgação da nova Constituição.

Deputado prevê supressões

BELO HORIZONTE — O deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) revelou que o *Centrão* concentrará seus esforços para suprimir, no segundo turno de votações na Constituinte, a preferência dada às empresas brasileiras de capital nacional no fornecimento de bens e serviço ao poder público. Para o deputado, o *Centrão* não repetirá o fracasso das votações do capítulo da Ordem Econômica, no primeiro turno, que atribuiu às "divergências entre muitos grupos com interesses cartoriais".

José Geraldo disse ainda que, apesar de o *Centrão* não se opor mais à licença de 120 dias para a gestante, o grupo tentará derrubar a licença-paternidade de oito dias. Outros pontos aprovados no primeiro turno, festejados como grandes vitórias pelos partidos de esquerda e que estão na mira do *Centrão*, ainda de acordo com o deputado — que é um dos principais negociadores do grupo —, são o turno de seis horas em sistema de revezamento, a nacionalização do setor de mineração e o voto aos 16 anos.

O deputado, que se encontrou ontem com o governador Newton Cardoso, no Palácio dos Despachos, revelou que não acredita na supressão do voto aos 16 anos, mas garantiu que a nacionalização da exploração dos recursos minerais não poderá permanecer no texto constitucional, "por inibir os investimentos estrangeiros e favorecer a recessão".

"O mais grave, porém", acrescentou, "é a preferência dada às chamadas empresas brasileiras de capital nacional no

fornecimento de bens e serviços ao poder público, tirando do mercado empresas importantes e grandes empregadoras, como as indústrias automobilísticas, os fabricantes de turbinas para usinas hidrelétricas, de vagões de trens, de torres e linhas de transmissão elétrica, apenas para citar alguns setores fundamentais. Os setores de transporte rodoviário e telecomunicações serão duramente atingidos".

Ele atribuiu ainda o fracasso dos centristas na votação da Ordem Econômica à "intervenção desastrosa do governo", através do líder José Lourenço (PFL-BA). E argumentou que acredita na unidade do *Centrão* para a aprovação das emendas supressivas, por serem poucos os pontos polêmicos nos quais os parlamentares irão se concentrar, "evitando, assim, a divergência entre vários interesses particulares".

José Geraldo Ribeiro acertou com Newton Cardoso um almoço amanhã, em Brasília, com toda a bancada do PMDB mineiro, quando o governador pedirá o empenho dos constituintes contra a emenda coletiva que prevê a separação do Triângulo Mineiro do restante do estado. "Existe um movimento separatista forte e atuante e até agora nada foi feito para neutralizá-lo. Pode até ser tarde, agora", admitiu Ribeiro, revelando que Newton Cardoso buscará o apoio de outros governadores para vencer os separatistas do Triângulo, que são liderados pelo deputado Homero Santos (PFL-MG), de Uberlândia.

Ulysses garante eleição até "se houver manobra"

BRASÍLIA — A realização de eleições municipais em novembro está garantida, assegurou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ). "Se houver qualquer manobra pelo adiamento das eleições, reuniremos aqui o plenário, votaremos e ganharemos", disse Ulysses ao candidato a candidato a prefeito do Rio. "Eleição é solução e não problema", sustentou o presidente do PMDB.

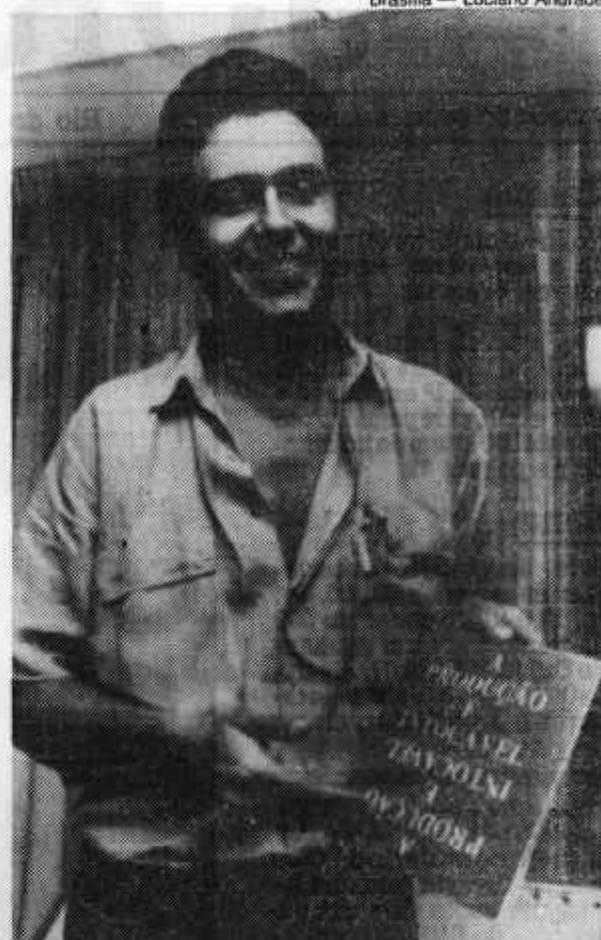
D'Ávila procurou Ulysses no fim da tarde, durante a sessão da Constituinte, para expor sua preocupação com as eleições municipais este ano. Minutos antes, ele ouvira do deputado Fernando Lyra (sem partido-PE) um comentário no mínimo intrigante: "Se o PMDB ameaça adiar sua convenção nacional, o que dirá a eleição municipal. O PDT que se cuide, porque estão usando Brizola como desculpa para o adiamento".

O líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, relator do projeto de lei que regulamentará as eleições, garante que todas as lideranças aprovam o requerimento de urgência para a tramitação da matéria na sessão ordinária que a Casa realiza hoje de manhã. Embora reconheça que uma eleição casada — de vereador à presidente da República — favorecerá o PMDB, partido mais forte em termos de estruturação em todos os estados, garante que eleição é uma bandeira do PMDB e que nenhum pemedebista teria a coragem de votar contra ele.

Desinteresse — O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), não esconde seu desinteresse pelas eleições municipais. "Eu nem conheço o projeto que o Ibsen está relatando", afirmou, ao revelar que o material está sobre sua mesa há dias e não teve tempo para ler. "Mas se ele não for votado, isto não impede a realização de eleições", diz Sant'Anna. Segundo ele, se não houver a lei, o Tribunal Superior Eleitoral pode regulamentar a matéria, especialmente em tempos de Constituinte. Mas a seu ver, o melhor seria que ela existisse.

Aprovada a urgência, a matéria deve receber emendas e aguardar um parecer para discussão e votação na sessão seguinte. Ocorre que nem mesmo Ibsen Pinheiro sabe quando será realizada uma próxima sessão. Neste período de Constituinte, as sessões extraordinárias da Câmara são convocadas sem periodicidade definida pelo presidente Ulysses Guimarães. E o próprio Ulysses admitiu ontem não haver um entendimento sobre questões fundamentais inseridas na matéria, como a definição de que 30 parlamentares federais podem criar um novo partido.

— Não tive uma conversa definitiva com o relator sobre isto, mas acho que não se deve facilitar ao máximo a criação de novo partido — argumenta Ulysses.



Caiado acha que produção será respeitada

UDR adota nacionalismo para apoiar suas teses sobre reforma agrária

BRASÍLIA — A tese nacionalista, que na votação do primeiro capítulo da Ordem Econômica uniu da esquerda a empreiteiras, desde ontem foi encampada pela UDR. Ronaldo Caiado, o presidente da entidade, já levava na camisa um pequeno pedaço de pano verde e amarelo, preso por um alfinete de fraldas dourado. Hoje, quando o capítulo referente à reforma agrária deverá entrar em votação, a UDR pretende colocar dentro do Congresso mais de 3 mil pessoas levando na roupa o mesmo símbolo. "Somos a genuína empresa nacional", dizia Caiado.

Embora tenha certeza de que o texto do *Centrão* pode ganhar no plenário mesmo sem acordo — "o bom senso indica que nenhum deputado poderá votar contra a terra produtiva" — Caiado ontem estava bem mais moderado nas expectativas do que na semana passada, quando começou a ser votada a Ordem Econômica.

"Se tivermos 520 constituintes em plenário, teremos 380 do nosso lado com facilidade", dizia na ocasião. Ontem, mesmo reticente quanto a previsões, repetiu o raciocínio, mas baixou os votos a favor do texto do *Centrão* para 280. Caiado estava pelo menos confiante em que os proprietários rurais não sofreriam uma derrota semelhante à do *Centrão* na primeira votação da semana passada: "Simplesmente porque entre os ruralistas não há divisionismo".

O presidente da UDR passou o dia no Congresso em articulações com as lideranças partidárias — à noite faria "um giro" nos hotéis onde estão hospedados militantes da UDR e prefeitos que apóiam o texto do *Centrão* — enquanto vários grupos de fazendeiros faziam seus lobbies nos gabinetes dos parlamentares.